



TATE/SEFIN
Fls. nº 77 AB

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

PROCESSO : 20182700100396
RECURSO : DE OFÍCIO Nº 0115/2022
RECORRENTE : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL.
RECORRIDA : 2^a INSTÂNCIA/TATE/SEFIN.
INTERESSADA : PRÓSPERA TRADING IMP. E EXP. EIRELI.
RELATOR : JULGADOR - ROBERTO VALLADÃO ALMEIDA DE CARVALHO
RELATÓRIO : Nº 333/22/2^aCÂMARA/TATE/SEFIN

02 – VOTO DO RELATOR

A autuação ocorreu em razão de o sujeito passivo emitir documentos fiscais para acobertar operações interestaduais decorrentes de importação realizada sob o regime especial da lei 1473/05 com erro na determinação da base de cálculo do imposto. A base de cálculo consignada nos documentos fiscais indicados na planilha anexa não inclui todos os custos e desembolsos incorridos na operação de importação nem o montante do próprio imposto incidente sobre a saída interestadual decorrente daquela importação, conforme determina o parecer 201/2018/GETRI/CRE/SEFIN. Foi indicado para a infringência o artigo 18, V E §1, I da Lei 688/96 e para a penalidade o artigo 77, inciso IV, alínea “a”, item 4 da Lei 688/96.

A autuada foi cientificada pessoalmente em 31/08/2018 conforme fl. 02, apresentou a peça defensiva em 28/09/2018 (fls. 28-48). Posteriormente a lide foi julgada nula em 1^a Instância, conforme decisão às fls. 54-60 dos autos. A decisão singular foi notificada ao sujeito passivo em 23/04/2021 via eletrônica por meio de Domicílio Eletrônico Tributário, conforme fls. 61-62.

O Recurso de Ofício versa que o autuante utilizou em duplidade o valor do imposto de importação na base de cálculo ocasionando erro no tributo lançado. O autuante foi cientificado conforme fls. 63-66 e trouxe sua manifestação fiscal, fls. 67-69 na qual defende a procedência da autuação.



TATE/SEFIN
Fls. nº 18 AB

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

É o breve relatório.

**02.1 – DA ANÁLISE DOS AUTOS E FUNDAMENTOS DO
VOTO**

A exigência fiscal ocorre em razão da constatação de que o sujeito passivo não recolheu corretamente o imposto de importação conforme a Lei 1473/05. O sujeito passivo foi cientificado da decisão de nulidade da instância singular via DET Correios em 23/04/2021.

Razões do Recurso

O Recurso de Ofício versa que o autuante utilizou em duplicidade o valor do imposto de importação na base de cálculo ocasionando erro no tributo lançado.

O autuante foi cientificado conforme fls. 63-66 e trouxe sua manifestação fiscal, fls. 67-69 na qual defende a procedência da autuação.

Diz que ficou perplexo com a decretação de nulidade, pois o autuado reconheceu o erro em nove notas fiscais. Outro ponto foi que a decretação de nulidade derivou de confessada, incompleta e ilegal análise de apenas uma pequena amostragem de notas fiscais.

Diz que são 121 notas fiscais autuadas e a nulidade se baseou em 12 notas fiscais, menos de 10% do total.

Cita o Relatório Fiscal que consignou que para determinar o valor total das operações de importação realizadas pelo sujeito passivo foram sempre consideradas os maiores valores por ele declarados em cada rubrica nas bases de dados analisadas (Receita Federal, declarações de importação apresentadas pelo sujeito passivo e campos próprios das notas fiscais eletrônicas por ele emitidos).

O sujeito passivo traz que concorda com a atuação em relação a nove notas fiscais e em sua defesa em que traz erros em relação a somente três notas fiscais. Alega que não existem erros nessas três notas fiscais.



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

Traz os processos de importação trazendo erros nas informações trazidas na defesa, fl. 68. Por isso, vê se que não procedem os supostos exemplos de erros do levantamento fiscal acostado a esta ação fiscal, podendo – se dizer a mesma coisa em relação à planilha apresentada pelo sujeito passivo.

Diz que dois dos três exemplos cobram menos de R\$ 100,00 de ICMS, portanto poucos representativos.

Por fim, salienta que nessa ação fiscal que se cobra o ICMS que se refere às operações de saída interestadual de produtos importados, uma vez que sob o regime especial da Lei 1473/05, o ICMS relativo à importação original é diferido para as operações subsequentes de saída interestadual. Por isso, a mera análise das operações de importação, mormente quando realizada apenas por meio de negligente amostragem , não é capaz, por si só, de solapar a presente ação fiscal.

Foi acostado no PAT: Planilha de Cálculo do Crédito Tributário, fls. 03-04, DFE 20182500100007, fl. 05, Termo de Início de Ação Fiscal, fl. 06, Termo de Prorrogação de Ação Fiscal, fl. 07, Termo de Juntada e Ciência de Provas em Meio Eletrônica e CD-ROM, fls. 08-17, Parecer 201/2018/GETRI/CRE/SEFIN, fls. 18-21, Relatório Fiscal, fls. 22-23, Procuração, fls; 24-25 e Termo de Encerramento de Fiscalização, fl. 26.

O Juiz Singular verificou que no Relatório Fiscal consta que o critério para determinar o valor total das operações de importações foram sempre considerar os maiores valores declarados pelo contribuinte em cada rubrica nas bases de dados analisadas, informações contidas obtidas das declarações de importação apresentadas pelo sujeito passivo e dos campos próprios das notas fiscais por ele emitidos. Confrontando os valores inseridos nas planilhas com as informações das notas fiscais e declarações de importação, em uma amostragem com as notas fiscais de importação 586, 838, 856, 913, 894, 944, 1289, 747, 773, 784, 801 e 777, contatou que a base de cálculo foi majorada pela inclusão do imposto de importação em duplicidade. Ocorre que nas importações acobertadas pelos documentos fiscais citados, o “valor dos



TATE/SEFIN
Fls. nº 80 AB

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

produtos" informado na nota fiscal já contempla o imposto de importação, no entanto, com a discriminação no campo "informações complementares" da nota fiscal, o valor foi adicionado à planilha de apuração do crédito tributário.

Trouxe que as operações analisadas as diferenças encontradas pela fiscalização não subsistiriam caso subtraídos os valores computados em duplicidades.

Do exposto entende que o critério utilizado pelo agente fiscal não se mostrou eficaz para determinar a base de cálculo do crédito tributário, ocasionando cômputo em duplicidade do imposto de importação das diversas operações, tudo contra o art. 142 do CTN no que concerne a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido e aplicação da penalidade.

Declara a nulidade e deixa de analisar os demais pontos trazidos pela defesa.

A Defesa inicial apresentou síntese da autuação, preliminarmente – nulidade da notificação por vício formal e cerceamento de defesa, razões de mérito – da incerteza de erro na determinação da base de cálculo do ICMS, do cancelamento da multa e do pedido.

O sujeito passivo apresentou a descrição da infração, a capitulação da infração e da multa.

Em preliminar, questiona sobre os motivos da autuação e diz que foram inseridos custos que não existem nas operações, inclusive, muitas vezes em flagrante confronto com os valores dos tributos indicados nas próprias Declarações de Importação

Cita o art. 10, III do Dec. 70235/72 e defende o requisito da descrição da infração. Portanto, uma vez que a descrição fática é requisito obrigatório da autuação fiscal, não pode subsistir o lançamento fundada em autuação cujo requisito obrigatório esteja inexato ou imperfeito, como ocorre no caso concreto.



TATE/SEFIN
Fls. nº 81 AB

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

O auto de infração é nulo uma vez que deixou de apresentar, ainda que de forma sucinta, quais os custos que a autoridade fazendária considera não inseridos na base de cálculo e, sobretudo, quais os motivos para os valores divergentes dos próprios documentos fiscais (Declaração de importação, nota fiscal de importação etc.) o que se fazia imprescindível para o exercício do direito de defesa pelo contribuinte.

Faz um breve arrazoado sobre o encerramento da defesa e cita jurisprudência do Tribunal Administrativo Tributário de Santa Catarina.

No mérito, diz que com exceção de nove notas fiscais em que há de fato erro na apuração, todos as demais operações estão corretas.

Conferei todas as outras operações e não encontrou erro nos custos e nas despesas das importações, elaborando a planilha, fls. 33-34, onde aponta operação por operação todos os equívocos apontados pelo autuante.

No entanto, em relação às demais operações listadas nos anexos do auto de infração, a autoridade fiscal está equivocada, pois o contribuinte identificou erros de lançamento que são inexplicáveis, muitas vezes em flagrante contrariedade com as próprias Declarações de Importação.

Faz um arrazoado explicando os erros do autuante nas notas fiscais 91, 572 e 586. Diz ainda que a não consideração de notas fiscais complementares emitidas onde corretamente constam o valor dos custos, valores completamente dissociados do que consta na Declaração de Importação, operações sem incidência de tributos, principalmente IPI, PIS e CONFINS que não foram observados.

Esta confrontação entre os valores equivocadamente considerados pela autoridade fiscal e os custos efetivamente incorridos nas operações foram, um a um, cotejados pelo contribuinte na planilha anexa a esta defesa (destaques em amarelo e descrição na coluna comentários) onde se prova cabalmente a informação errônea empregada pela autoridade fiscal, tudo isso emparado nas Declarações e Comprovantes de Importação notas fiscais de entrada e de saídas.



TATE/SEFIN
Fls. nº 82 AB

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

Se for necessário diligências ou perícias para provar o necessário, requerer elas com base no art. 120 da Lei 688/96.

Pede o cancelamento parcial, pois deve ser mantido em relação as nove notas fiscais listadas anteriormente.

Faz um arrazoado pedindo o cancelamento da multa, pois a penalidade fala em 90% do tributo e ele foi calculada em 103%.

Traz lição de Paulo de Barros Carvalho, pois se há erro na construção da base de cálculo, haverá nulidade no lançamento e por consequência a inexigibilidade do crédito tributário. Traz jurisprudência do CARF sobre o tema.

Requer o recebimento da peça, descrever a ampla dilação probatória, em preliminar pede a nulidade por falta de motivação e cerceamento de defesa, no mérito o cancelamento com tessalva das nove notas fiscais e por fim anular o lançamento da multa por erro material na apuração da base de cálculo.

Razões da Decisão

Para entender a autuação, deve primeiro analisar os documentos acostados pelo autuante na mídia ótica:

Nome	Data de modificação	Tipo	Tamanho
EFD	30/08/2018 13:24	Pasta de arquivos	
Apuracao do imposto devido - AI 20182700100396	29/08/2018 01:39	Foxit PDF Reader ...	196 KB
Apuracao do valor das importacoes - AI 20182700100396	29/08/2018 02:35	Foxit PDF Reader	138 KB
DI's	29/08/2018 01:30	WinRAR ZIP archive	135.192 KB
Entrega de documentos	29/08/2018 01:47	Foxit PDF Reader ..	217 KB
Informacoes_Importacao_RFB_2014	09/08/2018 01:10	Planilha do Micro ..	494 KB
Informacoes_Importacao_RFB_2015	09/08/2018 01:01	Planilha on Micro,	135.861 KB
Informações_Importacao_RFB_2016	09/08/2018 01:11	Planilha do Micro..	2.796 KB
NFFs	29/08/2018 01:35	WinRAR ZIP archive	1.224 KB
RELAÇÃO DE NOTAS FISCAIS DE ENTRADA, SAÍDA - DI'S - OUTRAS DESPESAS	28/05/2018 13:10	Planilha do Micro	134 KB

O autuante fez seu trabalho utilizando a Declaração de Importação e não a nota fiscal de importação emitida pelo sujeito passivo.



TATE/SEFIN
Fls. n° 83 AB

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

A nota fiscal de importação é emitida pela empresa que importou o produto, ela deve, necessariamente, refletir os elementos da Declaração de Importação. A Receita Federal não pode obrigar, por exemplo, que uma empresa do exterior, por exemplo, da China, emita uma nota fiscal.

Ela obriga, que para a mercadoria saída da área alfandegada a empresa que importou faça a nota fiscal para que haja o transporte para o estoque ou outra localidade.

Ocorre que o sujeito passivo, no caso concreto, não emitiu corretamente este documento fiscal por isso, ele foi desconsiderado e os valores para o cálculo do ICMS foi todo feito se baseando na Declaração de importação.

A planilha “Apuracao do valor das importacoes - AI 20182700100396” está o valor correto que deveria estar espelhado na nota fiscal.

Será utilizado duas notas fiscais como exemplo: nota fiscal 572 e

NOTAS FINCAIS RELATIVAS À IMPORTAÇÃO REALIZADA SOB REGIME DA LEI N° 1473/95



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

A nota fiscal tem na planilha acima o valor de despesas aduanciras de R\$ 1.678,00, entretanto abaixo está a cópia da nota fiscal com despesas de R\$ 314,50.

PROSPERA TRADING IMP E EXP LTD A(FILIAL)		DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica 0 - Entrada 1 - Saída 0	CONTROLE DO FISCO
AVENIDA JOAO C. SALA B - NOSSA SRA DAS GRACAS, Porto Velho, RO - CEP: 76804126		Nº 000.000.572 SÉRIE: 1 Página 1 de 1	CHAVE DE ACESSO 1115 0105 4212 1700 0270 5500 1000 0005 7210 0000 5726 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora
NATUREZA DA OPERAÇÃO IMPORTACAO POR CONTA E ORDEM DE TERCEIROS		PROTÓCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 311150000348640 - 08/01/2015 16:02	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 00000000000000000000	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIB 00000000000000000000	CNPJ/CPF 00000000000000000000	DATA DA EMISSÃO 08/01/2015
421.217/		CEP 00000-000	DATA DE ENTRADA/SAÍDA
DESTINATÁRIO/REMETENTE			
NOME/RAZÃO SOCIAL OZI SOCIEDAD ANONIMA		CNPJ/CPF 00000000000000000000	
ENDERECO J. PISO: 13	BAIRRO/DISTrito	CEP 00000-000	DATA DE ENTRADA/SAÍDA
MUNICÍPIO Exterior	FONE/FAX	UF EX	INSCRIÇÃO ESTADUAL
FATURA			
OUTROS			

FATURA													
OUTROS													
CALCULO DO IMPOSTO													
BASE DE CÁLCULO DO ICMS 0,00	VALOR DO ICMS 0,00	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST 0,00	VALOR DO ICMS ST 0,00	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 343.087,57									
VALOR DO FRETE 0,00	VALOR DO SEGURO 0,00	DESCONTO 0,00	OUTRAS DESPESAS ACESÓRIAS 314,50	VALOR DO IPI 0,00	VALOR TOTAL DA NOTA 343.402,07								
TRANSPORTADOR/VOLUME'S TRANSPORTADOS													
RAZÃO SOCIAL		FRETE POR CONTA 0 - Emissor		CÓDIGO ANTT	PLACA DO VÉHICULO	UF							
ENDERECO		MUNICÍPIO			UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL							
QUANTIDADE 2	ESPECIE BAU DE METAL	MARCA		NUMERAÇÃO	PESO BRUTO 52.800,000	PESO LÍQUIDO 50.000,000							
DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO													
CÓDIGO CFOP3.949	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO ALHOS FRESCOS, ROXOS, TIPO COMERCIAL, ACONDICIONADOS EM BOLSAS PESANDO 20 QUILOS LÍQUIDOS CADA UMA. CLASSES: 5 E 6	NCIUSM 07032090	CST 151	CFOP 3949	UND BOL	QTD 2.500.000 0	VLR UNIT. 137,2350	VLR TOTAL 343.087,57	BC ICMS 0,00	VLR ICMS 0,00	VLR IPI 0,00	ALÍQ. ICMS 0,00	ALÍQ. IPI 0,00

O autuante trouxe a planilha “Informações Importação_RFB_2015” que contêm as informações da Receita Federal sobre as DIIs emitidas:



TATE/SEFIN
Fls. nº 85 AB

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z
Registro/ID	Desembarco/ID	nAdiD1	CNPJ/Imp	RS_Inv	CNPJ_AGPS_A10	INCOTERMS	prod	Origem	INCOTERMS_uCom	vCom	vFOB	vFrete	vSeguro	vHT	vPIB	vPIB	vCOFINS	VANTAGENS/DESCRES	vdeducted						
05/01/2015	05/01/2015 15001148150011480542121700270	PROSPER/05094646 TEMPORA/0703290	ALHOS FRI Argentina Free Carr CAIXAS	2400	134872,5	5644	220	13936,6		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
05/01/2015	05/01/2015 15001148150011480542121700270	PROSPER/05094646 TEMPORA/0703290	ALHOS FRI Argentina Free Carr CAIXAS	2400	12112,7	5644	210	12717,6		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
05/01/2015	05/01/2015 15001148150011480542121700270	PROSPER/05094646 TEMPORA/0703290	ALHOS FRI Argentina Free Carr CAIXAS	2400	108373	5644	153	11436,6		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
05/01/2015	05/01/2015 15001148150011480542121700270	PROSPER/05094646 TEMPORA/0703290	ALHOS FRI Argentina Free Carr CAIXAS	2400	12112,7	5644	210	12717,6		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
05/01/2015	05/01/2015 15001148150011480542121700270	PROSPER/05094646 TEMPORA/0703290	ALHOS FRI Argentina Free Carr CAIXAS	2400	133872,5	5644	220	13936,6		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
05/01/2015	05/01/2015 15001148150011480542121700270	PROSPER/05094646 TEMPORA/0703290	ALHOS FRI Argentina Free Carr CAIXAS	2400	17854,6	5644	0	9459,24		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
05/01/2015	05/01/2015 15001148150011480542121700270	PROSPER/05094646 INCOTERMS_BESTIAL/0703290	GUARDA CHINA INCOTERMS_BESTIAL/0703290	2400	7029,1	4469	518	5357,6	7335,76	0	0	0	0	0	0	0	0	1782	0						
06/01/2015	06/01/2015 15001148150011480542121700270	PROSPER/05222234 COMERCIO/071220	AZETONA/China N/Aplica OLOMBO	15040	11580,71	3432	0	11580,71	11580,71	0	0	0	0	0	0	0	0	3889	0						
06/01/2015	06/01/2015 15001148150011480542121700270	PROSPER/05222234 COMERCIO/071220	AZETONA/China N/Aplica OLOMBO	16168	19023,7	3215	0	19344,86	3079,11	3348,6	217,54	1655,45	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
06/01/2015	06/01/2015 15001148150011480542121700270	PROSPER/05222234 COMERCIO/071220	NOZES SEI Chile N/Aplica KLGCRAM	12000	799338,5	10733	0	810012,2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
06/01/2015	06/01/2015 15001148150011480542121700270	PROSPER/05222234 COMERCIO/071220	NOZES SEI Chile Free On B CAIXA	1650	750253,5	9532	0	765161,76	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
07/01/2015	07/01/2015 15001148150011480542121700270	PROSPER/05373936 TRIMAVET/02022210	BOLSA FEI China N/Aplica PEÇAS	1800	33487,17	1800	0	35487,34	13455,57	4804,29	587,19	2304,83	0	0	0	0	0	0	0	137	0				
07/01/2015	07/01/2015 15001148150011480542121700270	PROSPER/05373936 TRIMAVET/02022210	PASTA CO China N/Aplica PEÇAS	3000	67349,89	7126	0	74476,23	3495,24	8937,14	1220,85	5660,19	0	0	0	0	0	0	0	513	0				
07/01/2015	07/01/2015 15001148150011480542121700270	PROSPER/05373936 TRIMAVET/02022210	GUARDA CHINA Free On B DUZIA	1385	59746,57	8674	0	62420,21	12444,18	0	0	1112,44	5123,98	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
07/01/2015	07/01/2015 15001148150011480542121700270	PROSPER/05373936 TEMPORA/071220	ALHOS FRI Argentina BOLSAS	2500	331681	11407	0	343097,6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
08/01/2015	08/01/2015 15001148150011480542121700270	PROSPER/05373936 GUARDA CHINA	Free On B DUZIA	1376	59039,68	8918	0	67957,27	12591,45	0	0	1121,29	5164,75	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
08/01/2015	08/01/2015 15001148150011480542121700270	PROSPER/05373936 GUARDA CHINA	Free On B DUZIA	9600	79446,07	6215	0	8561,36	17132,27	10279,36	1413,41	7368,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
09/01/2015	09/01/2015 15001148150011480542121700270	PROSPER/05373936 GUARDA CHINA	PEÇAS	250	432,92	47	0	540,18	97,23	31,87	8,91	46,45	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
09/01/2015	09/01/2015 15001148150011480542121700270	PROSPER/05373936 GUARDA CHINA	PEÇAS	3000	817,52	553	0	9070,65	1612,71	1605,5	149,56	780,07	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
09/01/2015	09/01/2015 15001148150011480542121700270	PROSPER/05373936 GUARDA CHINA	PEÇAS	10000	24154,27	1388	0	15894,1	2890,93	2813,25	262,25	1366,89	0	0	0	0	0	0	0	118	0				
09/01/2015	09/01/2015 15001148150011480542121700270	PROSPER/05373936 GUARDA CHINA	PEÇAS	10000	24119,41	2297	0	2616,71	5783,34	478	435,87	2007,66	0	0	0	0	0	0	0	197	0				
09/01/2015	09/01/2015 15001148150011480542121700270	PROSPER/05373936 GUARDA CHINA	PEÇAS	10000	30322,3	2960	0	35829,23	5422,76	1965,57	559,22	2914,72	0	0	0	0	0	0	0	254	0				
09/01/2014	09/01/2014 15001148150011480542121700270	PROSPER/05373936 GUARDA CHINA	PEÇAS	1500	27400,12	1141	0	14834,34	1547,51	15066,4	914,41	1488,44	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Nela se observa que a DI 1500316093 tem o valor de "acréscimos" o montante de R\$ 1.678,00, valor que o sujeto passivo efetivamente pagou e não o valor lançado na nota fiscal de importação mostrada antes.

O mesmo fato pode ser visto na nota fiscal 586. A nota fiscal tem na planilha acima o valor de despesas aduaneiras de R\$ 650,00, entretanto abaixo está a cópia da nota fiscal com despesas de R\$ 50,00.

PROSPERA TRADING IMP E EXP LTD A (FILIAL)		DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica 0 - Entrada 1 - Saída 0 Nº 000.000.586 SÉRIE: 1 Página 1 de 2	CONTROLE DO FISCO
AVENIDA JOAO GOULART, 1766 - SALA B - NOSSA SRA DAS GRACAS, Porto Velho, RO - CEP: 76804126		CHAVE DE ACESSO 1115 0105 4212 1700 0270 5500 1000 0005 8610 0000 5861	
NATUREZA DA OPERAÇÃO IMPORTACAO POR CONTA E ORDEM DE TERCEIROS		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 311150000355097 - 08/01/2015 16:56	
INSCRIÇÃO ESTADUAL (000000)	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIB. CNPJ 421.217.		
DESTINATÁRIO/REMETENTE NOME/RAZÃO SOCIAL WENZHOU KIMBERLY TRADING CO. LTD.		CNPJ/CPF 0000000000000000 DATA DA ENTRADA/SAÍDA 08/01/2015	
ENDERECO STATION A' 7 - RM. 1809-A		BAIRRO/DISTRITO CEP 00000-000	
MUNICÍPIO Exterior		UF EX	INSCRIÇÃO ESTADUAL HORA DE ENTRADA/SAÍDA
FATURA			
OUTROS			



TATE/SEFIN
Fls. nº 86 AB

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

FATURA

OUTROS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST	VALOR DO ICMS ST	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	
0,00	0,00	0,00	0,00	137.426,49	
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESÓRIAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	10.474,91	13.742,65	161.644,05

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
	0 - Emitente				
ENDEREÇO	MUNICÍPIO			UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE	ESPECIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
592	CAIXA DE PAPELA			22.165,200	18.397,120

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCMHS	CST	CFOP	UND.	QTD	VLR UNIT	VLR. TOTAL	BC ICMS	VLR ICMS	VLR IPI	ALIQ ICMS	ALIQ IPI
CFOP3.949	PASTA CONSTITUIDA EM FOLHA DE PLÁSTICO DE PU - REF. TX-1211	42021210	151	3949	PC	3.000,000	3.0756	9.226,68	0,00	0,00	922,67	0,00	10,00
CFOP3.949	PASTA CONSTITUIDA EM FOLHA DE PLÁSTICO DE PU - REF. TX-1212	42021210	151	3949	PC	3.000,000	3.0756	9.226,68	0,00	0,00	922,67	0,00	10,00
CFOP3.949	PASTA CONSTITUIDA EM FOLHA DE PLÁSTICO DE PU - REF. TX-1213	42021210	151	3949	PC	3.000,000	3.0756	9.226,68	0,00	0,00	922,67	0,00	10,00
CFOP3.949	PASTA CONSTITUIDA EM FOLHA DE PLÁSTICO DE PU - REF. TX-1214	42021210	151	3949	PC	3.000,000	3.1737	9.521,15	0,00	0,00	952,11	0,00	10,00
CFOP3.949	PASTA CONSTITUIDA EM FOLHA DE PLÁSTICO DE PU - REF. TX-1215	42021210	151	3949	PC	3.000,000	3.0756	9.226,68	0,00	0,00	922,67	0,00	10,00
CFOP3.949	PASTA CONSTITUIDA EM FOLHA DE PLÁSTICO DE PU - REF. TX-1216	42021210	151	3949	PC	3.000,000	3.1737	9.521,15	0,00	0,00	952,11	0,00	10,00
CFOP3.949	PASTA CONSTITUIDA EM FOLHA DE PLÁSTICO DE PU - REF. TX-1217	42021210	151	3949	PC	3.000,000	3.0756	9.226,68	0,00	0,00	922,67	0,00	10,00
CFOP3.949	PASTA CONSTITUIDA EM FOLHA DE PLÁSTICO DE PU - REF. TX-1218	42021210	151	3949	PC	3.000,000	3.1410	9.422,99	0,00	0,00	942,30	0,00	10,00
CFOP3.949	PASTA CONSTITUIDA EM FOLHA DE PLÁSTICO DE PU - REF. TX-1219	42021210	151	3949	PC	1.920,000	3.1737	6.093,51	0,00	0,00	609,35	0,00	10,00
CFOP3.949	PASTA CONSTITUIDA EM FOLHA DE PLÁSTICO DE PU - REF. L11-101	42021210	151	3949	PC	1.800,000	3.1336	6.360,52	0,00	0,00	636,05	0,00	10,00
CFOP3.949	PASTA CONSTITUIDA EM FOLHA DE PLÁSTICO DE PU - REF. 91008*	42021210	151	3949	PC	1.740,000	3.5136	6.148,50	0,00	0,00	614,65	0,00	10,00
CFOP3.949	PASTA CONSTITUIDA EM FOLHA DE PLÁSTICO DE PU - REF. 91006*	42021210	151	3949	PC	1.800,000	3.1083	5.594,90	0,00	0,00	559,49	0,00	10,00
CFOP3.949	BOLSA FEMININA CONSTITUIDA EM FOLHA DE PLÁSTICO DE PU - REF. 91007*	42022210	151	3949	PC	1.800,000	6.5537	11.796,71	0,00	0,00	1.179,67	0,00	10,00
CFOP3.949	BOLSA FEMININA CONSTITUIDA EM FOLHA DE PLÁSTICO DE PU - REF. 91010*	42022210	151	3949	PC	1.800,000	6.5169	11.730,14	0,00	0,00	1.173,04	0,00	10,00
CFOP3.949	BOLSA FEMININA CONSTITUIDA EM FOLHA DE PLÁSTICO DE PU - REF. 91011*	42022210	151	3949	PC	1.800,000	6.6274	11.929,26	0,00	0,00	1.192,93	0,00	10,00
CFOP3.949	BOLSA FEMININA CONSTITUIDA EM FOLHA DE	42022210	151	3949	PC	1.800,000	6.9956	12.591,99	0,00	0,00	1.259,20	0,00	10,00

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN
---------------------	--------------------------	--------------------------	----------------

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN
---------------------	--------------------------	--------------------------	----------------

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: /i/Ref: RON0010MA/15 S/Ref: 0331,80-6 07/01/15 II: 27.362,89 II ja incluso no valor do produto Valor PIS R\$: 1.816,07 Valor COFINS R\$: 9.364,84 Despesas Aduaneiras: 50,00 Tx. SISCOMEX R\$: 244,00 IMPÓRTACAO, ICMS DIFERIDO. 	RESERVADO AO FISCO
--	--------------------



TATE/SEFIN
Fls. n° 87 AB

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

PROSPERA TRADING IMP E EXP LTD A (FILIAL)		DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica 0 - Entrada 0 1 - Saída	CONTROLE DO FISCO 											
AVENIDA JOAO GOULART, 1766 - SALA B - NOSSA SRA DAS GRACAS, Porto Velho, RO - CEP: 76804126		Nº 000.000.586 SÉRIE: 1 Página 2 de 2	CHAVE DE ACESSO 1115 0105 4212 1700 0270 5500 1000 0005 8610 0000 5861 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora											
NATUREZA DA OPERAÇÃO IMPORTACAO POR CONTA E ORDEM DE TERCEIROS		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 311150000355097 - 08/01/2015 16:56												
INSCRIÇÃO ESTADUAL 0000000	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIB. 	CNPJ 421.217/												
DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO														
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/NF	CST	CFOP	UNID.	QTD	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL	BC ICMS	VLR. ICMS	VLR. IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI	
CFOP3.949	PLASTICO DE PU - REF. 9.012# BOLSA FEMININA CONSTITUIDA EM FOLHA DE PLASTICO DE PU - REF. SAMPLE	4202210	151	3049	PC	20,0000	0	5.1546	103,09	0,00	0,00	10,31	0,00	10,00

O autuante trouxe a planilha “Informações Importação RFB_2015” que contêm as informações da Receita Federal sobre as DIs emitidas;

Nela se observa que a DI 1500311806 acima tem dois produtos conforme o dia 08/01/2015 com os valores de “acréscimos” de R\$ 137,00 e R\$ 513,00 entretanto a nota fiscal trouxe nas informações complementares o valor de R\$ 50,00.

Abaixo está uma nota fiscal de importação com os campos corretos e bem-descriçinados:



TATE/SEFIN
Fls. n° 58 AB

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

IDENTIFICAÇÃO DO EMISSOR		DANFE			
		Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica			
		0 - ENTRADA	0	CHAVE DE ACESSO	
		1 - SAÍDA			
		NP		Consulta se autenticidade no portal nacional da NF-e www.cfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizada	
		FONE		PROTÓCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO	
NATUREZA DA OPERAÇÃO		INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.		CNPJ / CNP	
Importação					
INSCRIÇÃO ESTADUAL					
DESTINATÁRIO / REMETENTE		INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.		CNPJ / CNP	
NOME / RAZÃO SOCIAL				DATA DA EMISSÃO	
Caracter				05/03/2020	
ENDERECO		BAIRRO / DISTRITO		DATA DA ENTRADA	
Exterior_0		Exterior		05/03/2020	
MUNICÍPIO		UF / FONE		HORA DA ENTRADA	
CHINA, REPUBLICA POPULAR		EX		00:00:00	
FATURA / CUPULATA					
CÁLCULO DO IMPOSTO					
VALOR DE CACAO CO/CH VALOR DO FRETE		VALOR DE CACAO IPI / VALOR DO ICMS		VALOR DE CACAO IPI / VALOR DO ICMS	
302.615,03		54.470,72		0,00	
VALOR DO FRETE		VALOR DO SEGURO		0,00	
0,00		0,00		0,00	
VALOR DO PRETO		DESCONTO		0,00	
0,00		0,00		0,00	
TRANSPORTADOR / VOLUME E TRANSPORTADO		VALORES POR CONTA		VALORES DO VÉHICULO	
NOME / RAZÃO SOCIAL		1-Destinatário		CNPJ / CNP	
ENTRADA		MUNICÍPIO		INSCRIÇÃO ESTADUAL	
QUANTIDADE		ESPECIE		PESO LÍQUIDO	
1		BAU DE METAL		17.793,450	
DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS		MARCA		PESO BRUTO	
CÓDIGO		DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO		17.108,650	
211194		SUBSTITUTO DE MATERIAIS PLÁSTICOS - BAU DE METAL		17.108,650	
		QUANT. VALOR UNIT. UN		VALOR TOTAL UN. ICMS UN. IPI VALOR P/ ALIADA	
		142.312 PEÇAS		322,18 386,22 112,39 55,33 18,22 15,13	
		SUBSTITUTO DE MATERIAIS PLÁSTICOS - BAU DE METAL			

Observa que existe um campo específico para o imposto de importação que deve ser discriminado pois os valores dos produtos é menor que o valor total da nota que é soma de outros valores incluindo o valor do imposto de importação.

Então na planilha abaixo está calculado o valor efetivo que deveria estar na nota fiscal e que foi alterado pelo sujeito passivo.



TATE/SEFIN

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

NOTAS FISCAIS RELATIVAS A IMPORTAÇÃO REALIZADA SOB REGIME DA LEI N° 117393

Nesta próxima planilha “Apuracao do imposto devido - AI 20182700100396” cestá o calculo do imposto devido respeitando a Lei 1473/05:

Assunto passado: PHÓSPERA TRADING IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI
Cadastrado: 000000000380755-0
CPF/CNPJ: 05.421.217/0002-70

REGIONAL DA RECEITA ESTADUAL

A SOB REGIME DA LEI N° 1473/05 COM BASE DE CÁLCULO DO ICMS INFERIOR AO MÍNIMO LEGAL

A nota fiscal 572 tem o valor final para o autuante de R\$ 344.980,07 (VALOR TOTAL DA IMPORTAÇÃO) e para o sujeto passivo foi de R\$ 343.402,07 (VALOR NFE IMPORTAÇÃO) que representa a diferença das despesas apontadas acima.



TATE/SEFIN
Fls. nº 90 AB

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

Diferente ocorre com a nota fiscal 586 que para o autuante tem o valor de R\$ 189.605,72 (VALOR TOTAL DA IMPORTAÇÃO) e para o sujeito passivo tem o valor de R\$ 161.644,05 (VALOR NFE IMPORTAÇÃO). Nesse caso tem a diferença apontada das despesas e o valor do imposto de importação.

A planilha contínua para a nota de venda no qual deve recolher o tributo na sistemática da Lei 1473/05.

É necessário fazer o cálculo da base do tributo “por dentro” por isso, o autuante pegou os valores da nota fiscal de importação e o valor total da importação e dividiu por (1-0,04), sendo que na importação o ICMS tem alíquota de 4%.

Dá nota fiscal 586

R\$ 161.644,05 / (1-0,04) = R\$ 169.470,33 (VALOR NFE SAÍDA INTERESTADUAL)

R\$ 189.605,72 // (1-0,04) = R\$ 197.505,96 (BC DE CÁLCULO MÍNIMA DA SAÍDA INTERESTADUAL)

R\$ 197.505,96 - R\$ 169.470,33 = R\$ 28.035,63 (DIFERENÇA)

Para saber o imposto devido aplica sobre a diferença a o imposto de 4%, isto é, R\$ 28.035,63 *0,04 = R\$ 1.121,42 (IMPOSTO DEVIDO)

Despós destas explicações, não se pode acatar a decisão de nulidade, pois Juiz Singular acatou o argumento que houve duplicidade de cobrança do imposto de importação em 12 notas fiscais.

Este argumento se baseou no sujeito passivo dizer que pois na nota fiscal de importação os valores dos produtos está adicionado com o valor da importação como trazido nos parágrafos 23, 24 e 25 da fl. 34.

Na verdade, o autuante trouxe os valores da IDI, fonte original e lá o valor dos produtos é outro, fato que não reflete na nota fiscal.



TATE/SEFIN
Fls. n° 91 AB

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

O autuante deve demonstrar o valor do produto segregado do valor do imposto como trazido no exemplo da nota fiscal demonstrado anteriormente. Não está questão de diluir o valor no produto.

A defesa trouxe no parágrafo 25, o valor das despesas aduaneiras demonstrado acima na nota fiscal 572.

Sobre a questão do valor dos produtos do parágrafo 26, abaixo está a soma dos valores da DI:

Que estão um pouco diferente do usado pelo autor no seu cálculo do valor “Total da importação” abaixo:

Na verdade, neste caso específico, foi utilizado o valor maior entre a DI e a nota fiscal de importação, pois na DI está o valor de R\$ 110.063,60 e na nota fiscal está o valor de R\$ 137.426,09.

O autuante utilizou este valor mesmo que representa o valor de R\$ 110.063,60 + R\$ 27.362,89 que seria o valor do imposto.

Entretanto, o sujeito passivo tem razão em questionar os cálculos do autuante. Os valores devem ser revistos pois se observa que o autuante fez um cotejamento entre os maiores valores entre a DI e o documento fiscal do sujeito passivo.



TATE/SEFIN
Fls. n° 92 AB

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

Essa não é a melhor forma.

E, o autuante, também tem certa razão ao questionar a metodologia do Juiz Singular que foi pela nulidade total por perceber erros de cálculos.

Para resolução da lide, foi pedido o apoio ao Julgador Singular Armando Mário da Silya Filho que juntamente com este Relator chegaram a conclusão de que se deve utilizar somente os valores da DI e não fazer o cotejamento inicial.

Foram autuadas 121 notas fiscais inicialmente e com os cálculos refeitos com base na DI restaram somente 56 notas fiscais.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

Arquivo Página Inicial Inserir Desenhar Layout da Página Fórmulas Dados Revisão Exibir Ajuda Roberto Valadão Comentários Compartilhamento

De TextoCSV De Imagem De Fontes Recentes Consultas e Conexões Atualizar Tudo Consultar Filtros Avançado Teste para Colunas Teste de Planilha de Previsão Subtotal

Dizer e Transformar Dados Consultas e Conexões Tipos de Dados Classificar e Filtrar Ferramentas de Dados Previsão Estrutura de Topicos

RONDÔNIA/16

A	B	C	D	E	F	G	H	I	
	Nº DI	CHAVE DE ACESSO DA NF	N. NF	BC IMP FISCO	ICMS IMP FISCO	BC IMP CONTRIB	ICMS IMP CONTRIB	DIFERENÇA DEVIDA	
1									
25	RON031IRO15	151327851-9	11150942121700272599000992161423034705	1.280	132.614,16	5.530,45	117.087,61	1482,50	621,06
26	RON041IRO15	151353309-8	111507054212170027059501000009921614231487051819	2125	136.498,67	5.459,95	120.516,01	4820,64	639,31
27	RON065IRO15	151382944-1	1115051305421217002705960100000992161423458010159	2167	203.563,16	8.227,53	181.609,07	7264,36	— 958,16
28	RON049901A15	151336694-1	11150905421217002705950100000992161423264232	2170	345.407,86	13.934,31	347.784,09	13911,52	24,79
29	RON0729RC15	1513056659-7	1115090542121700270596010000099216125184342871	2420	198.315,04	7.933,80	175.160,58	7001,02	929,78
30	RON071IRO15	151609275-5	111509054212170027059501000009921617426258871	2481	210.721,09	8.426,96	186.026,13	7441,05	987,92
31	RON074IRO15	151629813-0	11150905421217002705950100000992161881268847478	2488	191.188,51	7.727,54	186.026,13	7441,05	286,50
32	RON075IRO15	151649818-4	111509054212170027059501000009921610025311606486703	2531	212.296,61	8.491,86	187.411,01	7496,56	995,50
33	RON078IRO15	151697026-1	11150905421217002705950100000992161734545748	2599	443.876,52	17.753,05	391.802,53	15672,30	2.082,96
34	RON080IRO15	151749901-6	111510542121700270595010000099216002678127851848	2678	429.789,06	17.191,80	392.369,97	15174,80	2.016,80
35	RON081IRO15	151750071-7	11150142121700270595010000099216121126397002	2719	410.596,11	16.421,44	362.276,81	14495,07	1.926,37
36	RON089IRO15	151822684-1	11151090542121700270595010000099216122437781	2829	460.671,77	18.426,87	436.625,74	16265,03	2.161,84
37	RON099IRO15	151891413-7	111510542121700270595010000099216174651547	2830	229.348,84	-9.173,95	202.467,58	8098,76	1.072,29
38	RON098IRO15	151897732-8	1115102421217002705950100000992161881586602100	2886	255.793,25	9.151,82	201.979,13	8079,17	1.072,65
39	RON099IRO15	151943374-5	111510542121700270595010000099216103120363	2992	207.900,30	8.316,01	182.557,19	7311,50	974,51
40	RON099IWA15	151945954-2	111510542121700270595010000099216115570135	2998	362.617,16	-45.504,70	392.454,83	12578,19	6,51
41	RON098IRO15	151970627-7	11151054212170027059501000009921610823874	2940	111.511,04	4.457,60	111.169,84	444,00	50,81
42	RON097IRO15	151993617-7	111510542121700270595010000099216125511652157	2955	209.601,52	8.384,06	185.616,95	7401,56	982,50
43	RON096IRO15	152015308-4	11151054212170027059501000009921613050459	2979	145.193,50	5.807,72	128.327,83	123,11	674,63
44	RON097IRO15	152024788-7	11151054212170027059501000009921603515347	3003	72.615,16	2.901,63	64.133,50	2465,34	339,27
45	RON065IZA15	152074126-2	11151054212170027059501000009921604813864249	3049	401.079,58	16.041,20	400.971,39	16037,49	5,71
46	RON090IWA16	160233045-4	1115030504212170027059501000009921612551781327560	3095	122.141,07	4.833,64	117.235,12	1690,22	193,13
47	RON013IRO16	160397337-7	1115030542121700270595010000099216135378472040	3035	66.227,77	2.649,11	58.495,10	2119,83	109,21
48	RON00804A16	160434384-1	11160256242121700270595010000099216188004050	3013	312.734,36	4.509,27	298.224,99	4329,00	180,37
49	RON00784A16	16045001521217002705950100000992161112434524	3041	238.778,31	6.468,10	234.371,27	5066,54	600,34	—
50	Ron0171001	161227061-5	11170705421217002705950100000992161881586363	3079	72.006,40	2.880,26	67.827,67	2714,71	165,33
51									33662,97 Total imposto cobrado

Partilhado Tabela 3 "Q1" Q2 "Cálculo Fisco" Fisco & Contribuinte Valor Líquido Final

Digitte aqui para pesquisar

Arquivo Página Inicial Inserir Desenhar Layout da Página Fórmulas Dados Revisão Exibir Ajuda Roberto Valadão Comentários Compartilhamento

De TextoCSV De Imagem De Fontes Recentes Consultas e Conexões Atualizar Tudo Consultar Filtros Avançado Teste para Colunas Teste de Planilha de Previsão Subtotal

Dizer e Transformar Dados Consultas e Conexões Tipos de Dados Classificar e Filtrar Ferramentas de Dados Previsão Estrutura de Topicos

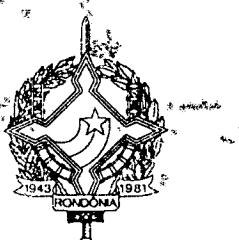
RONDÔNIA/16

A	B	C	D	E	F	G	H	I	
	Nº DI	CHAVE DE ACESSO DA NF	N. NF	BC IMP FISCO	ICMS IMP FISCO	BC IMP CONTRIB	ICMS IMP CONTRIB	DIFERENÇA DEVIDA	
1									
18	RON031IRO16	151638185-1	11150805421217002705950100000992161423034705	3243	112.734,36	4.509,37	106.224,99	629,00	180,37
19	RON034IRO16	160830220-2	11150805421217002705950100000992161344366549	4163	259.729,31	9.389,19	212.221,17	656,84	980,34
50	RON011101A16	161696424-3	1116090421217002705950100000992161004004,0187	4281	206.341,84	8.253,6	192.171,36	586,48	566,80
51	RON019IWA16	161261781-8	1116080421217002705950100000992161158283171	4356	111.194,39	12.417,76	311.132,09	12445,28	2,50
52	RON077IWA16	161193513-6	11160905221217002705950100000992161255154229	4458	129.588,91	5.183,56	123.399,80	489,49	287,56
53	RON019IWA16	161161641-7	111611054212170027059501000009921612552432426	4620	164.344,10	6.573,76	160,071,25	656,11	10,63
54	RON019IWA16	161999194-8	11170105421217002705950100000992161255243668678	4712	63.551,83	2.512,07	21.845,47	953,82	1.588,25
55	RON020IWA17	171002451-1	1117006042121700270595010000099216125524370401	4931	55.925,48	2.237,02	54.596,45	2182,16	53,56
56	RON09FAR1	171009611-2	11170705421217002705950100000992161257262	4933	82.278,76	3.391,15	77.046,43	304,46	209,29
57	RON010AK1*	171227061-5	11170705421217002705950100000992161258166363	3979	72.006,40	2.880,26	67.827,67	2714,71	165,33
58									

Partilhado Tabela 3 "Q1" Q2 "Cálculo Fisco" Fisco & Contribuinte Valor Líquido Final

Digitte aqui para pesquisar

A planilha base do valor feito com as DI e as notas autuadas:



TATE/SEFIN
Fls. n° 94 AB

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**



TATE/SEFIN
Fls. n° 95 AB

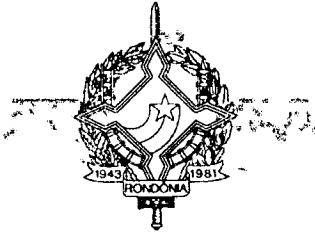
**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

No caso em tela, os valores foram alterados conforme demonstrado abaixo:

TRIBUTO	R\$ 33.662,97
MULTA 90%	R\$ 34.615,98
JUROS	R\$ 13.341,15
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	R\$ 4.799,29
TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	R\$ 86.419,38

A capitulação da infração está de acordo com o fato concreto e a penalidade coaduna com a infração, portanto, o processo tributário está em sintonia com a legislação tributária. Do valor de R\$ 225.451,74, é devido somente o valor de R\$ 86.419,38.

O sujeito passivo confundiu a apresentação dos valores do auto de infração, isto é, a multa de 90% incide sobre o valor do tributo mais a atualização monetária. Na tabela acima, soma-se $33662,97 + 4799,29 = \text{R\$ } 38.462,26$ que se aplicar o percentual de 90% chega no valor de R\$ 34.615,98 igual a tabela acima.



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

Não há previsão legal para alcreação/cancelamento, pois o Tribunal Administrativo não tem competência para não aplicar Lei ou declará-la inconstitucional, nos termos do art. 16, III e §1º, I e III da Lei n. 4.929/2020 e do art. 90, I, da Lei 688/96:

Art. 16. Não compete ao TATE:

(...)

III - a declaração de inconstitucionalidade, salvo no caso da inconstitucionalidade ter sido proclamada em ação direta de inconstitucionalidade ou tratar-se de decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, em via incidental, desde que o Senado Federal ou a Assembleia Legislativa tenha suspendido a execução do ato normativo.

(...)

§ 1º O Tribunal poderá aplicar em suas decisões o entendimento resultante de:

I - decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade; II - os enunciados de súmula vinculante;

III - os acórdãos de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos; e - os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e tributária e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional e tributária"

(...)

Art. 90. Não se inclui na competência dos órgãos julgadores a declaração de inconstitucionalidade, salvo no caso da inconstitucionalidade ter sido proclamada:

I - em ação direta de inconstitucionalidade;

Sendo assim, as teses das defesas foram consideradas improcedentes.

O crédito tributário constituído através do presente auto de infração, torna-se líquido e certo conforme tabela acima.

As provas trazidas pelo autuante trouxeram a certeza e liquidez ao título executivo. Restou provado que o sujeito passivo não cumpriu a obrigação principal referente ao ICMS deferido relativo à importação do Estado de Rondônia.

Em face de todo o exposto, respeitando os entendimentos em contrário, conheço do Recurso de Ofício interposto para dar-lhe parcial provimento.



TATE/SEFIN
Fls. nº 97 AB

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

Reformo a Decisão proferida em Primeira Instância que julgou nula para parcial procedente a autuação fiscal.

Porto Velho-RO, 22 de Junho de 2023.

Roberto V. Carvalho
AF~~E~~ad. 311
RE~~AL~~CADOR

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE**

PROCESSO : Nº 20182700100396
RECURSO : DE OFÍCIO Nº 0115/2022
RECORRENTE : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDA : PRÓSPERA TRADING IMP. E EXP. EIRELI.
RELATOR : JULGADOR - ROBERTO VALLADÃO A. DE CARVALHO

RELATÓRIO : Nº 0333/2023/2^a CÂMARA/TATE/SEFIN

ACÓRDÃO Nº 0168/2023/2^a CÂMARA/TATE/SEFIN

EMENTA : ICMS – IMPORTAÇÃO – FALTA DE PAGAMENTO – LEI 1473/05 – PARCIAL OCORRÊNCIA – Provado nos autos que o sujeito passivo quando da saída do Estado (venda dos produtos) não recolheu o valor devido do ICMS – Importação, descumprindo o Parecer 201/2018/GETRI/CRE/SEFIN. O contribuinte deve recolher, no mínimo, o valor do ICMS importação deferido utilizando-se dos valores da Declaração de Importação. Redução do crédito tributário original, ao refazer os cálculos do levantamento fiscal, retirando valores duplicados do imposto de importação, entre outros. Infração parcialmente ilidida. Reformada a decisão de nulidade para parcial procedência. Recurso de Ofício provido. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os membros do **EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE**, à unanimidade, em conhecer o recurso interposto para ao final dar-lhe parcial provimento, reformando a decisão de Primeira Instância que julgou nulo para **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o auto de infração, conforme Voto do Julgador Relator Roberto Valladão Almeida de Carvalho, acompanhado pelos julgadores Fabiano Emanoel Fernandes Caetano, Juarez Barreto Macedo Junior e Manoel Ribeiro de Matos Junior.

CRÉDITO TRIBUTÁRIO ORIGINAL
 FATO GERADOR EM 29/08/2018: R\$ 225.451,74
 *CRÉDITO TRIBUTÁRIO PROCEDENTE DEVE SER ATUALIZADO NA DATA DO SEU EFETIVO PAGAMENTO.

***CRÉDITO TRIBUTÁRIO PROCEDENTE.**
 *R\$ 86.419,38

TATE, Sala de Sessões, 22 de junho de 2023.

Anderson Andrade Arnaud
 Presidente

Roberto Valladão Almeida de Carvalho
 Julgador/Relator